

Processo nº 2262/2025-1

- HELDER FERNANDES NEVES, JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO do Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região, com a finalidade de Viagem à cidade de Curvelo, conforme PSGP 956/2025, no período de 5 a 19/12/2025, para Substituir na VT, em razão CONVOCAÇÃO PARA A 2ª INSTÂNCIA DESTA E. CORTE.

Complementação de diária:

#1: Sete Lagoas/MG - Curvelo/MG no(s) dia(s) 04/12/2025, totalizando 1,00 diária(s).

Aprovação de Pagamento de Diárias de Viagem

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e nos termos da Resolução CSJT n. 124/2013 e Instrução Normativa GPR/TRT3 n. 62/2020, referendada pela Resolução Administrativa n. 12/2020 deste Tribunal,

RESOLVE:

Autorizar o pagamento de diárias de viagem conforme discriminado a seguir:

Processo nº 2391/2025

- NEUSA EUSTÁQUIA GONÇALVES DAS CHAGAS, colaborador(a) eventual do Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região, com a finalidade de Acompanhar a Servidora Alessandra Gonçalves das Chagas em perícia médica. , referente ao(s) seguinte(s) período(s):

#1: Uberlândia/MG - Belo Horizonte/MG no período de 20/10/2025 a 22/10/2025, totalizando 2,50 diária(s).

Processo nº 2387/2025 (Retificação 1)

- ALESSANDRA GONCALVES DAS CHAGAS, ANALISTA JUDICIÁRIO ASSESSOR DE GABINETE DE PRIMEIRO GRAU do Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região, com a finalidade de realização de perícia médica para avaliação da capacidade laborativa da servidora, referente ao(s) seguinte(s) período(s):

#2: Uberlândia/MG - Belo Horizonte/MG no período de 20/10/2025 a 22/10/2025, totalizando 2,50 diária(s).

Aprovação de Pagamento de Diárias de Viagem

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e nos termos da Instrução Normativa GPR n. 62/2020, referendada pela Resolução Administrativa n. 12/2020,

RESOLVE:

Autorizar o pagamento de diárias de viagem conforme discriminado a seguir:

Processo nº 2277/2025-2

- SAMUEL FERREIRA DE ALMEIDA, ANALISTA JUDICIÁRIO FC-3 do Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região, com a finalidade de Acompanhar a Exma. Desembargadora Jaqueline Monteiro de Lima na cerimônia de premiação do Selo Linguagem Simples 2025.

Complementação de diária:

#1: Belo Horizonte/MG - Brasília/DF no(s) dia(s) 17/12/2025, totalizando 1,00 diária(s).

Processo nº 1050/2025-2

- GERALDO MARTINS DINIZ, TÉCNICO JUDICIÁRIO DIRETOR DE SECRETARIA do Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região, com a finalidade de 3o. encontro de Lideranças - Boas Práticas e Tecnologia no TRT-MG

Devolução de diária:

#2: Lavras/MG - Belo Horizonte/MG no(s) dia(s) 06/06/2025, totalizando 0,50 diária(s).

Portaria

Portaria

PORTARIA GP N. 416, 30 de dezembro de 2025

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto no processo administrativo TRT/PROAD/38.421/2025,

RESOLVE:

Conceder pensão vitalícia a Magda Araújo Paoliello, na condição de cônjuge, por morte do juiz classista aposentado Agnaldo Paoliello, a partir de 01/11/2025, data do óbito, com fundamento no art. 40, §§ 8º e 12, da Constituição da República, de 5 de outubro de 1988, na redação atual; nos arts. 23, caput e § 4º, e 24, §§ 1º, inciso II, e 2º, da Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019; nos arts. 16, inciso I, 74, inciso I, e 77, § 2º, inciso V, alínea c, item 6, e § 2º-B, da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, na redação atual, e no art. 1º, inciso VI, da Portaria n. 424, de 29 de dezembro de 2020, do Ministério da Economia.

DENISE ALVES HORTA

Desembargadora Presidente

PORTARIA GP N. 410, 30 de dezembro de 2025

Designa os membros da Comissão de Contratação, os servidores para o exercício das funções de autoridade competente homologadora e de pregoeiro/agente de contratação e constitui equipe de apoio, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, nos termos do art. 7º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO que o agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe, nos termos do § 1º do art. 8º da Lei n. 14.133, de 2021;

CONSIDERANDO que é facultado, em licitação que envolva bens ou serviços especiais, substituir o agente de contratação por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei n. 14.133, de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de elaboração de regulamento próprio para estabelecer as regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata o § 3º do art. 8º da Lei n. 14.133, de 2021; e

CONSIDERANDO o iminente término do mandato da atual Comissão de Contratação, a movimentação de servidores do Tribunal, bem como a necessidade de assegurar a continuidade, a regularidade e a eficiência das atividades de licitação e contratação, para evitar descontinuidade administrativa e mitigar riscos,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria designa os membros da Comissão de Contratação, os servidores para o exercício das funções de autoridade competente homologadora e de pregoeiro/agente de contratação e constitui equipe de apoio, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

§ 1º A designação para a função de autoridade competente homologadora restringe-se à atividade de lançamento de atos administrativos nos sistemas eletrônicos de compras.

§ 2º As designações feitas por meio desta Portaria permanecerão válidas até 31 de dezembro de 2027.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Art. 2º A Comissão de Contratação será composta por:

I - membros efetivos:

a) Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça, presidente;

b) Alessandra Pantuzo Silva, 1ª substituta da presidente;

c) Suely Darlene Silva Campos, 2ª substituta da presidente; e

d) Lorena Pena Vetekesky; e

II - membros suplentes:

a) Bruno Cabral Borelli;

b) Cláudia Sturzeneker Cypreste;

c) Danielle de Oliveira Magalhães;

d) Franciara Pereira Rodrigues Mapa;

e) Gustavo Nunes Ferreira; e

f) Louise Costa Ferreira.

Art. 3º A presidente da Comissão de Contratação poderá convocar servidores das áreas técnicas relacionadas à licitação para acompanhar os trabalhos e, se for o caso, para subsidiar o colegiado em suas decisões.

CAPÍTULO III

DA FUNÇÃO DE AUTORIDADE COMPETENTE HOMOLOGADORA

Art. 4º Ficam designadas as seguintes servidoras para exercer a função de autoridade competente homologadora nos sistemas informatizados de compras utilizados pelo Tribunal:

I - Patrícia Helena dos Reis; e

II - Lillian Elisa Silva Moreira.

Parágrafo único. Em caso de eventual ausência das servidoras mencionadas nos incisos do caput, seus substitutos legais exercerão a função de autoridade competente homologadora.

CAPÍTULO IV

DA FUNÇÃO DE PREGOEIRO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Art. 5º Ficam designadas as seguintes servidoras para exercer a função de pregoeiras/agentes de contratação:

I - como titulares:

a) Alessandra Pantuzo Silva;

b) Cláudia Sturzeneker Cypreste;

c) Danielle de Oliveira Magalhães;

d) Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça;

e) Lorena Pena Vetekesky; e

f) Suely Darlene Silva Campos; e

II - como suplente, Franciara Pereira Rodrigues Mapa.

Art. 6º A pregoeira/agente de contratação em exercício contará com uma equipe de apoio, nos termos do art. 8º, § 1º, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. As servidoras mencionadas no art. 5º, incisos I e II, desta Portaria, formarão a equipe de apoio a que alude o caput, quando não estiverem no exercício da atividade de pregoeira ou de agente de contratação.

Art. 7º A pregoeira/agente de contratação em exercício poderá convocar servidores das áreas técnicas relacionadas à licitação para acompanhar os trabalhos e, se for o caso, auxiliá-la em suas decisões.

Art. 8º As pregoeiras/agentes de contratação e a equipe de apoio poderão requerer suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de auditoria interna do Tribunal, nos termos do art. 8º, § 3º, da Lei n. 14.133, de 2021.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Fica revogada a Portaria GP n. 67, de 15 de janeiro de 2024.

Art. 10. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE ALVES HORTA
Desembargadora Presidente

Diretoria Geral

Portaria

Portaria

PORTARIA GP N. 2, 2 de janeiro de 2026

Trata da delegação de competências do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região ao Secretário-Geral da Presidência.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO os arts. 11 a 15 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

CONSIDERANDO o art. 23, inciso XXIV, do Regimento Interno deste Tribunal, que autoriza a Presidente a delegar competência para a prática de atos administrativos; e

CONSIDERANDO o art. 20 da Instrução Normativa GP n. 62, de 17 de janeiro de 2020, que autoriza o Presidente a delegar competência para a prática do ato de concessão de diárias,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria delega ao Secretário-Geral da Presidência deste Tribunal competência para autorizar a magistrados o pagamento de diárias e o reembolso de despesa com transporte quando o deslocamento decorrer do exercício da atividade judicante.

§ 1º. Excetuam-se da previsão contida no caput os pedidos de concessão de diárias para os afastamentos que se iniciam na sexta-feira e os que incluam sábados, domingos e feriados, nos termos do art. 5º-A, § 2º, da Instrução Normativa GP n. 62, de 2020.

§ 2º. A concessão de diárias e de reembolso de despesa com transporte, na forma autorizada no caput deste artigo, observará o disposto na Instrução Normativa GP n. 62, de 2020.

Art. 2º O Secretário-Geral da Presidência poderá subdelegar a competência mencionada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Fica revogada a Portaria GP n. 2, de 2 de janeiro de 2024.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2026.

SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA
Desembargador Presidente
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Anexo da Portaria SEDP N. 62, de 30 de dezembro de 2025.

Anexo

Anexos
Anexo 1: Anexo da Portaria SEDP N. 62, de 30 de dezembro de 2025.

PORTARIA GP N. 8, 2 de janeiro de 2026

Designa servidores para a prática de atos relativos à transmissão de dados referentes à EFD - Reinf.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o art. 5º, inciso V, da Instrução Normativa RFB n. 2.043, de 12 de agosto de 2021, que impõe aos órgãos públicos a obrigação de apresentar a EFD-Reinf;

CONSIDERANDO o art. 3, inciso III, §2º, da Instrução Normativa RFB n. 2.237, de 4 de dezembro de 2024, que determina a obrigatoriedade da